

LINGUASAGEM

ANGOLÊS: IDENTIDADE LINGUÍSTICA DOS ANGOLANOS

Justino Jorge José¹

RESUMO

No final do século XV, 1482 a 1483, com a chegada do primeiro navio de exploradores portugueses à região que hoje é Angola, a colonização ganhou força ao longo dos séculos seguintes, com a expansão do comércio de pessoas escravizadas (comércio transatlântico), minerais e recursos naturais. Isso resultou em sérios danos, econômicos, culturais, político sociais (segregação racial, desordem social, desvalorização das línguas Bantu). Procuro analisar cuidadosamente, a evidência que mostra a existência do Angolês como uma identidade linguística dos angolanos, o percurso histórico da resistência das línguas Bantu de Angola, face o processo colonial que resultava em apagar as línguas Bantu, ou seja, a cultura Bantu (angolana) e compreender as desvalorizações na atualidade dessas línguas em Angola. Evidenciar a partir dessa política colonial o entendimento sobre as línguas como uma invenção europeia e seu impacto nas ex-colônias como um instrumento de dominação. Desse modo, na mesma linha de pensamento, busco entender *que língua Portuguesa é falada em Angola e se o Português de Angola (angolês) é apenas uma variedade do Português Europeu?* a partir do entendimento dos linguistas angolanos. Além disso, desconstruir a cosmovisão de que o Angolês (Português de Angola) seja apenas um *continuum* do Português Europeu e também de mostrar que Angolês e Pretoguês são a mesma identidade linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Angolês; Línguas Bantu; Português de Angola; Política Colonial e Variedade do Português Europeu.

ABSTRACT

At the end of the 15th century, 1482 to 1483, with the arrival of the first ship of Portuguese explorers to the region that is now Angola, colonization gained momentum over the following centuries, with the expansion of the trade in enslaved people (transatlantic trade), minerals and natural resources. This resulted in serious economic, cultural, political and social damage (racial segregation, social disorder, devaluation of Bantu languages). I seek to carefully analyze the evidence that shows the existence of Angolan as a linguistic identity of Angolans, the historical path of the resistance of the Bantu languages of Angola, in the face of the colonial process that resulted in the erasure of the Bantu languages, that is, the Bantu (Angolan) culture, and understand the current devaluation of these languages in Angola. From this colonial policy, I highlight the understanding of languages as a European invention and their impact on the former colonies as an instrument of domination. Thus, in the same line of thought, I seek to understand *what Portuguese language is spoken in Angola and if Angolan Portuguese (Angolan Portuguese) is just a variety of European Portuguese?* based on the understanding of Angolan linguists. In addition, I seek to deconstruct the worldview that Angolan (Angolan Portuguese) is just a

¹ Angolano e estudante do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens da Universidade Federal do Sul da Bahia e bolsista de Iniciação Científica (CNPQ). E-mail: justinojorge21@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5884-2698>.

continuum of European Portuguese and also to show that Angolês and Pretoguês are the same linguistic identity.

KEYWORDS: Angolan; Bantu Languages; Portuguese from Angola; Colonial Policy and Variety of European Portuguese

Introdução

Angola, oficialmente República de Angola, é um país localizado na região central do continente africano. Caracteriza-se pela sua diversidade etnolinguística e cultural. O território angolano possui uma área de 1.246.700 km, sendo o sétimo maior país do continente africano em extensão territorial. Angola é banhada a oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira ao norte com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, a sudeste com a Botsuana e ao sul com a Namíbia.

Este trabalho surge da necessidade de revisitar várias abordagens que afirmam a existência, em Angola, de um português que se distancia totalmente do padrão do Português Europeu. Ao abordarmos o tema sobre *Angolês: Identidade Linguística dos angolanos* é importante considerar a identidade linguística e o processo sócio-histórico do país. A riqueza financeira, principalmente os recursos naturais, foi a maior atração dos invasores europeus, e as explorações que ocorreram nesse território trouxeram graves danos à noção. Além disso, o tráfico transatlântico, como explicado por Pessoa de Castro (2005), causou inúmeras mortes, sofrimento e separação para o povo africano, resultando em quase 500 anos de escravidão.

Assim, Angola foi palco de muitos massacres praticados pelos invasores europeus, que resultaram na destruição cultural, etnolinguística, social, econômica e política do país. Isso criou um mecanismo e ferramenta de exploração mais profunda no território angolano. A colonização foi um ato bárbaro que trouxe divisões étnicas e territoriais entre diversos grupos que falavam a mesma língua e compartilhavam o mesmo território, com o objetivo de impedir possíveis rebeliões (David, 2023; Pessoa de Castro, 2005).

Os invasores portugueses fomentaram uma imagem negativa sobre a cultura angolana e as tradições dos povos Bantu e Khoisan durante os quase 500 anos de exploração e dominação no território de Angola. Eles desumanizaram os angolanos como uma forma de legitimar ideias racistas, promovendo a visão de uma raça branca superior e uma raça preta inferior, os chamados dominantes e dominados (Quijano, 2005). Para os invasores portugueses, a cultura e as tradições angolanas eram vistas como ruins,

perpetuando essa imagem negativa nas mentes dos angolanos e levando muitos a acreditar, até os dias de hoje, que sua própria cultura é inferior à europeia. Isso resultou em uma perseguição constante contra a identidade cultural africana, gerando sentimentos de desprezo e alienação em relação às próprias raízes culturais (Fanon, 2008; Mbembe, 2014; Nascimento, 2019; David, 2023).

Diante de tais conjunturas, procuro analisar o contexto histórico-linguístico de Angola, assim como sua resistência e negação ao *Angolês*, com o propósito de explicar que o entendimento do Angolês não é apenas uma *continuum* do Português Europeu, discordando das ideias coloniais que sustentam essa teoria. Nessa ordem, enfatizo a língua como uma invenção europeia e seu impacto colonial, resultando na negação do Angolês como uma forma distinta de Português devido às influências das línguas Bantu.

Seguindo essa linha de raciocínio, apresentarei argumentos que sustentam que o Angolês é uma identidade linguística própria dos angolanos, conforme a perspectiva de alguns linguistas angolanos, desconstruindo a ideia colonial de que o Angolês é apenas uma continuidade do Português Europeu. Em tese, minha perspectiva inclui uma reflexão sobre o tema baseada no entendimento e na análise de como essa língua, o Angolês, tem desempenhado um papel importante na identidade linguística dos angolanos.

As línguas bantu: resistência contra o colonialismo

O que hoje é chamado de Angola, antes era conhecido como *Ngola*: um título dado aos governantes do reino de Ndongo², que se estendia pela região norte do atual território angolano. Os invasores portugueses chamavam de terra de *Ngola*, de onde viria a surgir o nome de Terras d'Angola. Esse território também fazia parte do antigo reino do Kongo, “um reino que se caracterizava por uma estrutura política centralizada, economia baseada na agricultura e comércio”, como explica Zau (2011, *apud* David, 2023, p.8).

A letra *A* antecedita à palavra *Ngola* em kimbundu funciona como marca de plural, pois, nas línguas Bantu, o plural não é marcado como em português através do morfema *S*, mas sim pelo gramema prefixal. Por exemplo, *muhatu* significa mulher no singular e *ahatu* significa mulheres no plural (Augusto, 2016). Dessa forma, a palavra

² O Ndongo foi um reino que estabeleceu ao sul do Congo e tinha como principal povo os Mbundus. O Ndongo foi o principal palco das chamadas guerras angolanas, foi o reino que assistiu aos portugueses erguerem uma cidade, Luanda, para auxiliar na conquista do reino.

Angola significa *terras dos reis*, um termo que os invasores portugueses usavam para se referir às terras dos *ngolas*.

Com a chegada dos invasores portugueses nos principais reinos Kongo³, Ndongo e Matamba⁴, que atualmente constituem o território de Angola, o principal objetivo era estabelecer relações de troca e amizade com os autóctones, sobretudo com os reis desses três reinos poderosos, como explica Buissa (2016). Dessa forma, após os portugueses se estabelecerem, eles formaram alianças com os reis desses reinos. Essas relações resultaram no apagamento das culturas dos povos angolanos, pois o cristianismo foi uma das políticas que os portugueses utilizaram para esse fim. Os jesuítas passaram a catequizar os povos indígenas daquele território, utilizando a Bíblia como a ferramenta ideológica principal para uma exploração massiva das terras de Angola (Neto, 2005; Nambua, 2023).

Antes dos invasores portugueses chegarem no território angolano, esse território já era habitado por vários povos. Dessa forma, mostramos no mapa abaixo os antigos reinos naquele território:

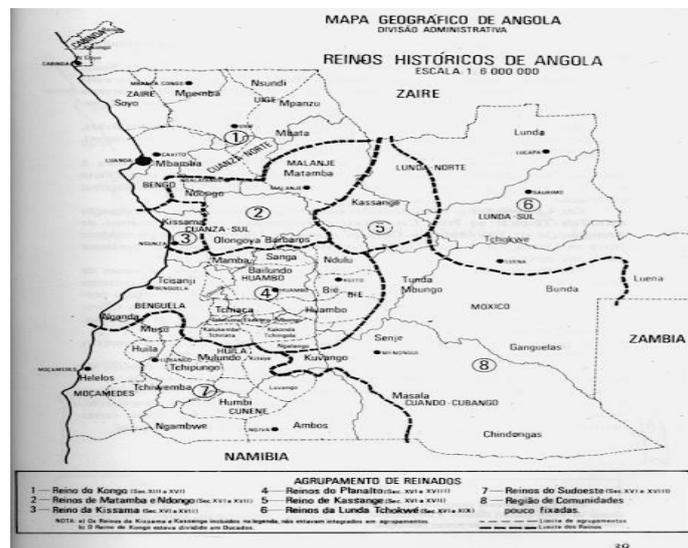


Figura 1 - Mapa geográfico dos reinos de Angola⁵

Os invasores portugueses eram monolíngues e, ao chegarem no território angolano, enfrentaram grande dificuldade em se comunicar com os indígenas, pois essa

³ O Reino do Kongo ou Império do Kongo foi um Estado pré-colonial africano no sudoeste da África no território que hoje corresponde ao noroeste de Angola (incluindo Cabinda).

⁴ Reino da Matamba foi um reino pré-colonial africano localizado nas terras da atual Malanje, Angola. O reino localizava-se ao leste do Reino do Congo e da Angola Portuguesa, sendo fundado pela rainha Ana de Sousa Ginga e resistindo com sucesso a colonização portuguesa.

⁵ Fonte: Zau (2022).

região era multilíngue (David, 2023). Mesmo com a implementação da exploração e domínio do território angolano, a produtividade comercial não alcançou tanto êxito, pois os povos locais constantemente recriavam formas de revoltas organizadas. Para conseguir controlar a situação, os invasores utilizaram um conjunto de políticas destinadas a legitimar um domínio pleno sobre o território.

A língua portuguesa foi um dos instrumentos usados para que as línguas Bantu fossem extinguidas na época da colonização. Implementou-se uma política chamada *assimilacionismo* ou *assimilação*, que consistia na divisão do povo angolano em *assimilados/civilizados* e *não-assimilados/indígenas*. Além disso, essa política colonial foi uma forma de linguicídio e epistemicídio das línguas Bantu e tradições africanas, tornando os africanos mais ocidentalizados (Carneiro, 2005; Augusto, 2016; Nascimento, 2016).

Partindo do pressuposto de que a língua portuguesa, conhecida como prestigiosa e autêntica, é uma invenção do sistema linguístico europeu, que resulta na subjugação de outras línguas, criando uma classificação em que as línguas europeias são consideradas superiores, tudo que resulta da mistura dessas línguas com as línguas africanas seria então visto apenas como um *continuum* (Nascimento, 2019; Makoni e Pennycook, 2007).

Os invasores portugueses, ao implementarem essa política linguística, buscavam a todo custo garantir que os angolanos adquirissem conhecimento geral da língua portuguesa, proibindo-os de falar suas línguas de origem ou locais. Isso visava tornar o povo assimilado ou ocidentalizado, como explica Mingas (2000). Desse modo, todas as políticas criadas pelos invasores portugueses tinham como objetivo final o apagamento da cultura africana, incluindo línguas e tradições. Os europeus queriam que os africanos se tornassem semelhantes a eles em todos os aspectos.

Ainda que os invasores portugueses tivessem implementado todas essas políticas no território angolano, muitas pessoas ainda se recusavam a aprender a falar o português. Esses indivíduos foram chamados de *não-assimilados/indígenas*, pois não sabiam falar nem escrever em português. Eles resistiram em prol da preservação de sua identidade cultural (Augusto, 2016):

Para que um indígena alcançasse e obtivesse o estatuto de *assimilado* e pudesse usufruir dos direitos a que estava vedado, era necessário saber falar o português, ler e escrever, renunciar aos costumes tradicionais, viver à maneira do branco e ser considerado “branco de cor preta” (Augusto, 2016, p. 34).

Sobre os privilégios concedidos aos angolanos pelos invasores portugueses, destaca-se que os angolanos *assimilados/civilizados* tinham direito a que seus filhos frequentassem a escola, estudando junto com os filhos dos portugueses. Mingas (2000) discute a divisão entre os assimilados, onde havia os passivos e os ativos. Os assimilados passivos eram aqueles que "eram alienados, não assumindo a sua cultura, o seu povo, a sua história nem a sua condição de seres humanos" (Lemos, 2014, p. 35). A estes, os invasores chamavam de "negros diferentes", pois "não eram como os outros, porque tinham a pele negra, mas a alma era branca" (Mingas, 2000, p. 46).

Por outro lado, os assimilados ativos eram os angolanos que aprendiam tudo o que fosse possível com o único objetivo de libertar seu povo e país da dominação e exploração colonial portuguesa. Estes "utilizavam a língua do colonizador para denunciar o colonialismo português através dos jornais" (Mingas, 2000, p. 47), eram agentes de resistência, aprendiam a língua do invasor como forma de estratégias para denunciar as explorações e maus tratos contra o invasor (Mingas, 2000 *apud* Lemos, 2014).

O governo português optou por separar e isolar os africanos etnicamente para evitar uma rebelião que eles mesmos não conseguiriam conter (David, 2023). Durante esse período de separação e isolamento étnico dos africanos, a Igreja Católica desempenhou um papel importante para que esse processo fosse concretizado. De acordo com Severo (2014 *apud* David, 2023, p. 9), essa política de separação visava "consolidar o aparato colonial, Portugal estabeleceu uma forte aliança entre a religião católica e o reinado português na forma do Padroado, o qual se tornou eficaz ao estrategicamente sobre a portugalização e a catequização". Seguindo essa linha de raciocínio, Severo (2014 *apud* DAVID, 2023) observa que a Igreja Católica, como instituição religiosa, missionária e educacional, foi um dos empreendimentos coloniais que mais restringiu a liberdade cultural e linguística dos angolanos.

Os civilizados eram retirados dos trabalhos forçados, uma vez que se assemelhavam aos invasores portugueses. Eles eram colocados para prestar serviços militares e públicos e tinham o direito de comprar terras (Nascimento, 2016). O número de africanos que se tornavam civilizados aumentava constantemente, e esses indivíduos proibiam seus filhos de falar as línguas africanas ou locais. Dentro desse processo cruel de proibição, que Carneiro (2005) chama de *linguicídio*, os africanos eram obrigados a negar sua identidade cultural e suas tradições. No entanto, eles eram forçados a adotar os costumes dos brancos europeus. Quanto mais se parecessem com os invasores europeus,

mais facilidades tinham para serem aceitos e não serem exterminados rapidamente (Nascimento, 2019).

Como afirma Nascimento (2019, p. 23) "a língua é, como todo produto ou subproduto criado pela colonialidade, um espaço de atuação do epistemicídio". Sendo uma invenção europeia, a língua foi racializada para adquirir diversas funções e desempenhar um projeto de poder. Devido a esse projeto de poder, surgiu a subjugação. Ao adquirir esse poder, implantou-se nas mentes, nos corpos e nos discursos dos negros a ideia de que as culturas ancestrais e todas as heranças ancestrais eram ruins.

Segundo Bernardo (2017), a língua é um elemento de identidade cultural de um povo, e por meio dela é possível a união de diversos povos. Para Fanon (2008), a língua é um elemento essencial da identidade cultural de um povo. Ele argumenta que falar não é apenas ter a capacidade de usar uma determinada sintaxe ou possuir a morfologia de uma língua específica, mas também é assumir uma cultura e carregar o peso de uma civilização.

O processo de extinção das línguas Bantu ou Angolanas, chamado *linguicídio* por Carneiro (2005), teve como resposta um efeito de resistência. Os invasores portugueses empregaram inúmeras estratégias para extinguir essas línguas e os conhecimentos associados a elas, em um fenômeno também descrito por Carneiro (2005) como *epistemicídio*. Mudimbe (2013) explica que a linguagem desempenhou um papel crucial como mediadora do conhecimento africano, desde a oralidade até as escritas e teorias científicas, contribuindo para a segregação e desumanização do povo africano.

Angolês: nova forma de Português afastada da realidade normativa de Portugal

Os autores Kato e Martins (2016) argumentam que o português de Angola, o Angolês, é apenas uma variação de um *continuum* do Português Europeu. Ou seja, se afirmar que o Angolês é uma variação linguística de Portugal, mesmo sendo considerado um Estado de nacionalismo negro. No entanto, não podemos esquecer que o Português de Angola, o Angolês, tem se distanciado do Português Europeu, pois um dos motivos desse distanciamento é a influência das línguas africanas. Como explicado por Duarte (2000, p. 21), "a mera observação do que se passa à nossa volta permite-nos concluir que a língua portuguesa não é homogênea, apresentando áreas mais ou menos extensas de variações imputáveis a fatores de natureza diferente". O plurilinguismo em Angola é

evidente, com aproximadamente 40 línguas diferentes no território angolano (Araújo, 2014).

Segundo Mingas (2007) há uma falta de estudos linguísticos do português em Angola, em parte devido à ameaça que esses estudos representam para os invasores portugueses. Isso se deve ao fato de que estudos voltados ao uso do português de Angola ou falado em Angola poderiam revelar como o povo angolano adaptou e transformou a língua do colonizador, imprimindo nela suas próprias marcas linguísticas, isto é, devido as influências das línguas Bantu e não-Bantu. Tais estudos ajudariam a mostrar que o Português falado em Angola não é categoricamente uma simples reprodução do Português Europeu, mas sim uma língua adaptada às realidades e aos contextos angolanos.

Os invasores implementaram políticas coloniais sólidas para fazer com que os angolanos negassem sua forma de Português, diferente do Português Europeu (Sacanene, 2020). Essas políticas representavam uma estratégia de imposição de normas rígidas da língua portuguesa, ou seja, o maior objetivo dos invasores portugueses era de promover a ideia de que o Português Europeu era a única forma correta e civilizada de expressão, enquanto que qualquer outra forma de falar o português seria considerada como inferior (uma não língua) ou incorreta. Isso gerava uma pressão para que os angolanos adotassem as normas linguísticas do colonizador, desvalorizando suas próprias adaptações e características culturais na língua.

As proibições do uso das línguas locais e a falta de conhecimento profundo são citadas como razões que levaram aos estudos sobre as variedades africanas do português que começaram a emergir apenas nos anos 80 e 90. Esse contexto demonstra como as políticas coloniais buscavam reprimir a identidade linguística e cultural dos angolanos, limitando o desenvolvimento e o estudo de suas próprias formas de expressão linguística.

Embora sejam muito novos os estudos voltados a linguística do português falado em Angola, atualmente, há uma quantidade crescente de estudos de alta qualidade que abordam a linguística do Português Angolano. Pesquisadores angolanos e internacionais vêm desenvolvendo trabalhos ligados a demonstração das características específicas do Português de Angola, destacando como ele incorpora influências culturais, históricas e linguísticas locais. Esses estudos analisam os aspectos fonéticos, sintáticos, morfológicos e semânticos, que diferenciam totalmente o Português de Angola do Português Europeu.

Além disso, esses estudos têm destacado uma identidade linguística distinta do Português Europeu, que se afasta da norma padrão. Essa identidade linguística única

reflete as influências das línguas africanas e das experiências históricas e culturais de Angola, que enriqueceram o vocabulário e contribuíram para estruturas gramaticais únicas. Assim, essas pesquisas revelam que o Português de Angola não é um simples *continuum* do Português Europeu, mas sim uma língua viva e dinâmica, adaptada e transformada pela população angolana ao longo de séculos de interação com outras línguas e culturas.

Os angolanos têm uma forma distinta de falar a língua portuguesa, que se afasta da norma padrão do Português Europeu. Essa variante, conhecida como *Angolês* pelos linguistas, reflete as influências das línguas Bantu e não-Bantu na população angolana. Essa forma única de falar o português em Angola é resultado das particularidades linguísticas do país, incluindo mudanças nos sons, construções frásicas e léxico. Essa consciência da existência desses fenômenos de mudança linguística evidencia a riqueza e a complexidade da linguagem angolana, que merece ser estudada e compreendida em sua própria especificidade, pois esse reconhecimento não apenas fortalece a identidade cultural e linguística dos angolanos, mas também contribui para valorização da diversidade do português como língua global (Undolo, 2016 *apud* Sacanene, 2020).

A influência das línguas Bantu e a Guerra Civil em 1992, entre os dois partidos de Angola, União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), causou um êxodo populacional em algumas províncias do país. Após a Guerra Civil, houve um aumento significativo da população nas cidades, especialmente em Luanda, que passou a ter mais habitantes do que qualquer outra província de Angola. Esse aumento populacional contribuiu para o crescimento do número de falantes de português em Angola a cada ano. Esses fatores, entre outros, resultaram no português se tornando, atualmente, a língua mais falada em Angola, com 71,15% da população, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2014). Como observou Mia Couto (1989, p. 244), "a popularização e generalização do uso do português está recriando a língua. Sobre as normas da segunda língua se vêm sobrepor outras normas, outras colorações".

O distanciamento do português de Angola, conhecido como *Angolês*, em relação à norma padrão do Português Europeu é evidente e tem sido abordado por diversos estudiosos (Gonçalves, 2013; Miguel, 2014; Undolo, 2016; Sacanene, 2020). O *Angolês* adquiriu suas particularidades devido a diversos fatores, incluindo o contexto histórico e geográfico específico de Angola. A comunidade linguística angolana é distinta da

comunidade linguística portuguesa, o que contribui para as diferenças linguísticas observadas.

As descrições dos fenômenos linguísticos presentes no Angolês levam em consideração seus aspectos sócio-históricos, que ajudam a explicar por que os angolanos desenvolveram uma identidade linguística que se distancia da norma padrão do Português Europeu.

Segundo Timbane, Domingos e Afonso (2019) o português falado em Angola é uma variação específica do português de Portugal falada no território angolano que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas Bantu e não-Bantu faladas naquele espaço geográfico. Em meu ponto de vista, porém, como é explicitado ao longo deste artigo, discordo dessa perspectiva e sustento que a realidade linguística de Angola não se conforma à norma padrão do português europeu, o português de Angola não é apenas um *continuum* do Português Europeu e observa-se que existe um distanciamento entre a realidade sociolinguística e de ensino de português nas escolas de Angola. A partir desse pensamento, se nota que alguns linguistas angolanos se fazem de esquecidos da realidade sociolinguística de Angola, negando a nossa forma de falar e reconhecendo apenas a forma de falar do colonizador.

Desse modo, o português de Angola, não é uma variedade do português europeu, e Inverno (2008, p. 118) esclarece que

[...] é importante sublinhar que, contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilíngue em que estas continuam a ser as mais faladas no dia-a-dia pela maioria da população e em que o acesso à educação formal e aos meios de comunicação social é ainda pouco generalizado.

O Angolês é uma variedade que exprime, particularmente, todas as experiências socioculturais e sociolinguísticas dos angolanos e, assim como apontado anteriormente, é a língua mais falada em Angola. A norma padrão usada no Angolês é baseada no Português Europeu, ou seja, com base no formato das literaturas de escritores portugueses, considerando assim o padrão de língua correta um modelo que se distancia totalmente da realidade sociolinguística e de ensino para os angolanos.

Angolês e Pretuguês: mesma identidade linguística angolana

Prefiro utilizar a expressão *Pretoguês*⁶ ao longo do presente trabalho em vez de Pretuguês. Esse termo já não é mais recente, ou seja, é um termo que já está familiarizado conosco, e tem relação direta com toda a nossa discussão até aqui. Lélia González (1984) foi a primeira brasileira a utilizar essa expressão *Pretoguês* para designar as marcas da africanização no Português Brasileiro. Para Mingas (2000), linguista angolana, os angolanos bilíngues, que tinham o português como a sua segunda língua (L2), falavam um português com a marca de africanização (era um português morfologicamente e sintaticamente simplificado, diferente ao Português Europeu), que, na época da colonização, os invasores portugueses consideravam como um português mal falado ou errado, que Mingas (2000) chamou de *Pretoguês*.

Antropóloga negra brasileira Lélia González, em alguns de seus textos, entende o *pretoguês* como

marca de africanização no português falado no Brasil [...]. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes, como o L ou o R, por exemplo, apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo. (González, 1988 *apud* Tolentino, 2018, p. 117).

Partindo desse pensamento, o que era outrora chamado de *Pretoguês* é atualmente chamado de Angolês pelos linguistas angolanos. Ou seja, o Pretoguês foi ridicularizado pelos invasores portugueses como uma forma de estratégia para assegurar a imposição do português como língua oficial no território angolano, os portugueses se sentiram ameaçados visto que a sua política linguística mostrava sinais de fracasso. Assim, os assimilados estavam do lado dos colonizadores para assegurar a estratégia de política linguística imposta em Angola, evitando com que os familiares e filhos falassem sua língua materna e o Pretoguês (Mingas, 2000).

Com a estratégia da política linguística, a língua portuguesa seria a única língua que poderia ser falada nesse território. Todos os assimilados passaram a ter vários privilégios por falarem o português, e, em contrapartida, os assimilados eram negados a falar as línguas locais. Mas, para Mingas (2000), a sociedade angolana, naquela época,

⁶ Aquilo que chamo de *pretoguês* é nada mais é do que marca de africanização. Assim, preferi usar a expressão *pretoguês*, com ‘preto’ referindo-se ao povo preto ou descendentes de africanos e ‘guês’ referindo-se ao português europeu.

estava dividida em grupos sociais, ou seja, cada grupo social representava um nível linguístico “(i) Portugueses – monolíngüismo minoritário (português); (ii) Assimilados – bilingüismo (kimbundo/português); (iii) Indígenas – monolíngüismo maioritário (kimbundo)” (Mingas, 2000, p. 49).

Durante a implantação da política linguística portuguesa em Angola, o país vivia um contexto sociolinguístico forçado. Nesse cenário, tornou-se evidente o surgimento de vários falantes para os quais a língua portuguesa era a primeira língua (L1). Esses falantes eram, em sua maioria, filhos de assimilados. No entanto, o contexto sociolinguístico das famílias desses indivíduos era bastante diferente, pois os pais, majoritariamente bilíngües, em sua maioria não tiveram acesso à educação formal. Como consequência, eles eram analfabetos e falavam uma variedade do português, ou seja, uma forma de português que era fortemente influenciada pelas línguas africanas que a diferenciava do português padrão (europeu). Essa forma de português tinha influência das línguas locais (línguas Bantu e não Bantu), que resultaria em uma língua que González (1988) e Mingas (2000) chamaram de *Pretoquês*. Ainda no mesmo pressuposto, essa língua misturava características fonológicas, gramaticais e lexicais das línguas africanas com o português, refletindo uma adaptação linguística totalmente distinta de Portugal devido ao contexto da realidade social e cultural falantes (angolanos).

Portanto, enquanto os filhos assimilavam o português de maneira mais formal e normativa de acordo a visão portuguesa, os pais expressavam uma versão da língua que representavam uma mistura entre o português e as línguas africanas daquele território.

Língua: uma construção ideológica europeia

Abordando a língua como uma invenção europeia, é importante refletir sobre todas as línguas consideradas padrão numa visão eurocêntrica. Isso porque as línguas padrão, em contraste com as não-padrão ou dialetos, que muitas vezes são as línguas africanas, são construções ideológicas do sistema europeu. Essas construções partem da ideia de hierarquização, que inclui a racialização como um elemento de divisão entre os invasores e os subjugados, criando noções de superioridade e inferioridade com base na língua e na raça.

A língua foi politizada, tornando-se um elemento de comunicação no qual todos têm o direito de usá-la, sem distinção de cor, gênero e etnia. No entanto, a língua é uma invenção dos invasores europeus, homens brancos, e adquire características de cor e etnia

quando é politizada como um projeto de poder fundamentado nas ideologias eurocêntricas. Como explica Nascimento (2019, p. 23), “ela própria é um espaço de luta da racialidade porque é por meio dela que se nomeia e se racializa”.

A língua foi uma invenção, e as concepções de linguagens e metalinguagens utilizadas para explicá-las são invenções do sistema europeu, que consiste em um projeto cristão/colonial em diferentes partes do mundo (Makoni; Pennycook, 2007). Seguindo esse mesmo raciocínio, todas as línguas são construções sociais, obras semelhantes a outras criações humanas, como a construção do calendário. O fenômeno natural do dia e da noite, que ocorre devido à rotação da Terra em seu eixo, foi codificado em divisões de tempo em horas por meio de uma convenção humana (Makoni; Pennycook, 2007).

A língua, como um elemento criado pelo sistema europeu para racializar o mundo, permite a criação de categorias dentro da sociedade, como colonizadores/superiores/brancos e colonizados/inferiores/pretos. Além disso, é considerada como um espaço de epistemicídio contra os colonizados (Carneiro, 2005), porque esse projeto de poder destrói e apaga a cultura, conhecimento e tradições dos colonizados (Nascimento, 2019).

Por ser uma construção social e política, a língua também é usada para justificar e perpetuar sistemas de opressão e dominação, com base em características físicas percebidas, como cor da pele e origem étnica. Esta ideologia de uma raça superior e outra inferior é uma elaboração da branquitude, que aceita a legitimidade de relações de dominação e exploração através da invasão (Fanon, 2008; Quijano, 2005). Nesse sentido, para Maia e Melo (2020, p. 232) a ideia de raça é entendida como:

A ideia de raça pode ter surgido em razão das diferenças fenotípicas, mas tem como principal função promover a classificação de superioridade de um povo em relação ao outro, e para legitimar a subordinação do povo considerado inferior, os colonizados. O conceito segregador da ideia de raça surge embasado por uma fundamentação teórica primordial para a sua validação.

Olhando para esse pressuposto de racialização, estamos de fato discutindo o *linguicídio* e o *epistemicídio*, que representam a ação de extinguir a língua e o conhecimento dos povos colonizados, considerados "inferiores" (Carneiro, 2005). Dentro do contexto dos povos africanos, esses conceitos estão intrinsecamente ligados, pois representam diversos malefícios que os invasores europeus implantaram para a morte física e mental do povo negro, incluindo a extinção de sua língua, conhecimento e

tradições (Nascimento, 2019). Essas práticas de subjugação foram parte de um sistema de opressão, exploração e dominação que buscava controlar os povos colonizados (africanos), privando-os de sua identidade cultural e de sua capacidade de resistência.

Esses conceitos, *linguicídio* e *epistemicídio*, são, de fato, instrumentos que os invasores portugueses usaram com o objetivo de silenciar o povo negro, ou seja, representam uma maneira de apagar o senso de pertencimento ou existência como corpo negro no mundo e estabelecer um sentido de não-pertencimento ou não-existência como corpo negro no mundo.

Sabe-se que o eurocentrismo é caracterizado pela ideia de que a Europa é o centro da cultura mundial e que todas as culturas devem se conformar aos seus padrões e valores considerados universais, geralmente baseados nos fundamentos europeus. Continuando nessa linha de pensamento, como mencionado por Nascimento (2019, *apud* David, 2023, p. 12), “a mesma língua que racializa também é aquela que nomeia”. A partir dela, a racialização traz pressupostos de negação e afirmação que vão contra os sujeitos, que são vítimas dessa negação devido à coloração negra de suas peles. Esse argumento destaca como a língua pode ser utilizada como uma ferramenta de opressão, reforçando estereótipos e hierarquias raciais que perpetuam a marginalização e a discriminação das pessoas negras.

A língua é um elemento ativo no processo de racialização, ela não só nomeia e categoriza, mas também contribui para reforçar divisões sociais ao nomear grupo de forma que desvaloriza ou marginaliza outros grupos, os subjugados ou os inferiores (pessoas negras). Além disso, a língua também acarreta uma função de afirmação, estabelecendo identidades e valores que se opõem às experiências e culturas de grupos racializados.

Desse modo, ao definir, classificar e distinguir grupos, a língua perpetua uma estrutura de poder que mantém uma visão eurocêntrica, em que determinadas culturas e características, no caso do povo negro, são vistas como inferiores.

A língua é um instrumento em que o pressuposto de negação passa a existir em primeiro lugar, onde o negro passa a se negar diante ao branco ou do próprio negro, como uma forma de se sentir mais humano ou mais aceito na sociedade moderna, (Nascimento, 2019). Frases como *eu não sou negro, sou moreno* ou *você não é negro* são formas de aceitar a concessão de um espaço de negação produzido e imposto pela branquitude. O negro é compelido a adquirir ou a se comportar como um branco, adotando costumes e hábitos do homem branco, para evitar ser alvo de violência, e está sujeito a internalizar

os ensinamentos da branquitude sem questionamentos (Nascimento, 2019). Esse pensamento reflete como a linguagem e as estruturas sociais podem ser usadas para subjugar e oprimir certos grupos, forçando-os a renegar sua própria identidade e a se conformar a padrões impostos pela hegemonia branca.

Nesse âmbito, a *branquitude* aparece como uma referência ao padrão hegemônico que dita regras não apenas do que é considerado “normal” ou “aceitável”, mas também muda o comportamento daqueles que estão fora do padrão, São eles que universalizam os conhecimentos, que negam culturas e línguas de grupos subjugados. Quando uma determinada sociedade impõe padrões comportamentais e estéticos baseados na cultura branca, as pessoas negras são muitas vezes forçadas a internalizar esses valores para serem aceitas na sociedade, assim se protegendo de discriminação ou violências, que algumas vezes vêm por parte de pessoas negras não esclarecidas.

Às voltas de uma conclusão

Este trabalho surge da necessidade de revisitar várias abordagens que afirmam a existência, em Angola, de um português que se distancia totalmente do padrão do Português Europeu. Como mencionado anteriormente, os imperialistas portugueses criaram políticas linguísticas junto com o processo de assimilação, o que resultou no *linguicídio* e no *epistemicídio* da cultura e tradições africanas.

A aceitação, por parte do governo angolano, de que o Angolês é uma identidade linguística dos angolanos resultaria na promoção do uso das línguas Bantu ou na sua inclusão no ensino bilíngue, o que teria um efeito de extrema importância na valorização cultural e na afirmação identitária dos angolanos. Esse movimento não só valorizaria a cultura angolana; de igual modo, ajudaria a fortalecer o sentimento de pertencimento e orgulho identitário dos angolanos. As línguas africanas carregam significados profundos, histórias e modos de ver o mundo que são específicos à cultura angolana. Incorporá-las no currículo escolar e na vida pública pode auxiliar as novas gerações a se reconectarem com suas raízes ancestrais, reduzindo o impacto da hegemonia linguística do Português Europeu, imposta durante o período da escravidão.

A partir da língua como uma construção europeia, podemos destacar a forma impactante como os colonizadores portugueses a usaram como uma ferramenta de segregação racial, cultural e linguística contra o povo colonizado (africano) em contextos coloniais e pós-coloniais. Nossa tarefa foi analisar e reconhecer a língua como um sistema

de invenção europeia que consiste na subjugação dos povos colonizados por um viés cultural, tradicional e étnico estabelecido pelos colonizadores.

Nesse pressuposto, a linguagem é entendida como uma ferramenta utilizada pelos invasores portugueses como meio de poder e dominação, já que a língua padrão é imposta para silenciar as línguas dos povos colonizados. Ademais, a ideia de impor a língua padrão foi uma estratégia bem arquitetada pelos invasores portugueses para dominar e explorar culturalmente os povos colonizados, silenciando suas línguas nativas e, simultaneamente, suas culturas e identidades.

Entende-se que o português falado em Angola é considerado apenas um *continuum* do Português Europeu, devido a uma série de políticas coloniais rigorosas implementadas pelos imperialistas portugueses, que tinham como objetivo fazer com que os angolanos rejeitassem sua própria forma de falar, marcada por influências africanas. Os colonizadores portugueses demonizaram a cultura angolana (africana), tratando tudo o que remetesse à cultura e às tradições locais como algo negativo.

Atualmente, há muitos novos estudos voltados à linguística do Português Angolano, destacando a crescente quantidade e qualidade das pesquisas sobre o Angolês com o uma identidade linguística dos angolanos. Esses estudos têm evidenciado uma forma distinta de português, diferente do Português Europeu. O Angolês possui uma identidade linguística única que representa as influências das línguas Bantu.

Finalmente, é de extrema importância entendermos que o que foi chamado de *Português* por Amélia Mingas é hoje denominado *Angolês* por vários linguistas. O português de Angola é fruto das influências das línguas Bantu, mesmo com as diversas políticas linguísticas que os colonizadores portugueses implementaram para extingui-las. Isso resultou em uma nova forma de português que se distancia do Português Europeu.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, M. A. **Morfologia contrastiva entre português e kimbundu**: obstáculo e suas causas na escrita e ensino da língua portuguesa entre os kimbundu em angola. São Paulo, 2016.

ARAÚJO, Paulo Jeferson. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LÍNGUAS AFRICANAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM ANGOLA. **Web-Revista SOCIODIALETO**, [s. l.], v. 5, n. 13, p. 161-177, 2014. Disponível em: www.sociodialeto.com.br. Acesso em: 08 nov. 2024

BAGNO, M. **O racismo lingüístico do Brasil**. 48ª e 49ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

BERNARDO, E. P. J. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua Portuguesa em Angola. **Revista Internacional Em Língua Portuguesa**, [S.l.], n. 32, p. 39-54, 2017.

BUISSA, Inês Florinda Luís. **Memórias de um curso de formação de professores de Matemática no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda/Angola (1998-2009)**. 2019. 432 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

COUTO, Mia. **Vozes Anoitecidas**. 7. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

DAVID, M. T. As línguas angolanas: resistência e a comosvisão do poder angolano no mundo. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 07, n. 02, p. 07-21, 2023.

DUARTE, Maria Luísa. **Variação Linguística e Normas do Português**. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

FANON, F. **Pele Negra Mascara Branca**. Salvador: Edufba, 2008.

GONÇALVES, P. O português em África. *In*: RAPOSO, E. B. P. (Ed.), **Gramática do Português**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. vol. I, p. 157–178.

GONZALEZ, L. A categoria política-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93. 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral da população e da habitação**. Luanda: INE, 2014.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. *In*: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 1-19.

KATO, M. A.; MARTINS, A. M. European Portuguese and Brazilian Portuguese. *In*: WETZELS, W. L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. **The Handbook of Portuguese Linguistics**. Nova Jersey: Willey Blackwell, 2016.

LEMOS, Dayane Moreira. **Português Brasileiro e Português Angolano: variação na concordância nominal de número**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. disinventing and reconstituting languages. *In*: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (eds.) **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; DE MELO, Vico Denis Sousa. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, [S.l.], v. 15, n. 2, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MINGAS, Amélia A. **Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MINGAS, Amélia. **Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2007.

MIGUEL, Maria Helena. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 265-289, dez. 2016

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Editoria Letramento, 2019.

NAMBUA, Manuel. A invasão portuguesa em Angola e a implementação do modelo educacional: minha vista do ponto. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9, n.11, p. 2675 –3375, nov. 2023

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A influência das línguas africanas no português brasileiro. *In*: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salv. (Org.). **Pasta de textos da professora e do professor**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*. LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SACANENE, Bernardo Sipiali. **Análise do Funcionamento dos Angolanismos no Léxico do Português**. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem - Especialidade em Linguística Aplicada). Universidade do Minho, Portugal, 2020.

TIMBANE, A. A; DOMINGOS, Y. F; AFONSO, Euclides V.S. O português angolano e a variação léxico-cultural no hip-hop: um exemplo com Yannick Afroman. **RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa**, [S.l.], n. 36, p. 103-123, 2019.

TOLENTINO, Joana. Descolonização, filosofia e ensino: compartilhando vozes de filósofas latino-americanas. Paraná-Brasil, v. 2 n. 1 (2018). **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, 2018

UNDULO, M. **A norma do português em Angola**, subsídios para o seu estudo. Caxito: ESPBengo, 2016.

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. 1.ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

Como referenciar este artigo:

JOSÉ, Justino Jorge. Angolês: identidade linguística dos angolanos. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.48, n.1, p. 171-189, 2025.

Submetido em: 22/06/2024

Aprovado em: 14/11/2024